

Senado: cultura de eficiência

Agaciel da Silva ^(Maia)

23 OUT 1995

Em mais de um século e meio de existência, o Senado Federal tem dado exemplos de austeridade ao país. Apesar disso, a instituição vê-se, volta e meia, vergastada por informações superficiais e, muitas vezes, distorcidas.

Em meio às discussões sobre a propalada Reforma do Estado, e com ela um polêmico enxugamento da máquina administrativa, há muito o Senado vem tomando iniciativas para a necessária economia aos cofres públicos, e, ao contrário do que se alardeia, a instituição vem diminuindo ao longo dos últimos anos, de forma contundente, os seus gastos e sua participação no Orçamento Geral da União.

Enquanto se noticiam, em vários redutos da administração pública, situações funcionais esdrúxulas, no que tange a elevadas remunerações, o Senado cumpre a sua parte de austeridade, mantendo em seus quadros apenas duas categorias de servidores — os técnicos legislativos, de nível médio, e os analistas, de nível superior. Neste quadro, a grande maioria, ou seja, 61,2%, tem salários compreendidos entre R\$ 500,00 e R\$ 2.500,00, e tão-somente 2,9% com salários acima de R\$ 5.000,00. E, mesmo assim, a faixa salarial mais elevada contempla servidores de nível de Direção e Assessoramento Superior da Casa. Aduz-se o fato de que nenhum servidor tem salário superior ao do Senador, que é de R\$ 8.000,00, brutos; descontados o IR e outros encargos fica abaixo de R\$ 5.000,00 líquidos. Todas e quaisquer incorporações salariais decorrentes de decisões judiciais são, automaticamente, reduzidas quando ultrapassam o teto constitucional.

Como em todos os setores da vida pública, também no Senado há distorções. Um grande número de técnicos legislativos ganha salário de R\$ 375,00, médicos ganhando pouco acima de R\$ 1.000,00, e por aí fora.

Além disso, desde 1991 tem

ocorrido uma significativa extinção e remanejamento de cargos do Quadro de Pessoal do Senado, com mais de 300 cargos extintos, na categoria de nível superior, e cerca de 57 no nível médio. Dos 2.902 cargos existentes, permanecem vagos, sem lotação, 567. O mesmo ocorre na Gráfica e no Prodasen, com um total de 407 cargos vagos, em ambos os setores.

Outro ponto que tem sido noticiado com superficialidade diz respeito ao contingenciamento de recursos para o Senado, no Orçamento Geral da União para 1996.

Na esteira do contínuo processo de enxugamento de suas despesas, o Senado aprofundou em vários níveis os seus cortes. Nas rubricas Outros Custeios e Capital, que significam recursos para manutenção do órgão e aquisição de móveis e utensílios, além de reformas em seu complexo arquitetônico (150.000m²), houve uma substancial redução de 1995 para 1996, da ordem de R\$ 40 milhões. Há que se destacar que o custeio global da instituição, incluindo-se pessoal, manutenção, reformas e construções, representa tão-somente 0,1% do Orçamento da União. Pelo número de representantes, um dos menores do mundo.

No que concerne às reformas, urgentes e necessárias, em seu complexo arquitetônico, basta que se diga que desde a sua inauguração oficial nunca o prédio do Senado e seus anexos sofreram qualquer tipo de reforma estrutural. Há tempos as administrações da Casa têm sido alertadas para o perigo de uma irreparável destruição, caso ocorra, por exemplo, um incêndio. O próprio Corpo de Bombeiros, em sucessivos laudos, tem indicado esse perigo. Falhas, decorrentes da pressa de entregar a obra para a inauguração da capital da República, permitiram que se deixasse toda a infra-estrutura de madeira dos caixotes de concretagem, no corpo do edifício. Um grave erro. Se acontecer um incên-

dio, todo o prédio derreteria como uma vela, em menos de 30 minutos.

Daí a determinação da Comissão Diretora do Senado, para que se proceda uma reforma geral no conjunto, que, como todos sabem, se inclui; também, como patrimônio histórico da humanidade. Essas obras são urgentes, imediatas e não há mais como protelar.

E, para sedimentar seu circuito de reformas estruturais, vige na Casa, por expressa determinação da alta direção, um programa de modernização administrativa com ênfase na *qualidade total*, tema tão extenso e importante que é merecedor de um artigo inteiro. O fulcro do programa é precipuamente a valorização do servidor, razão fundamental de todo e qualquer processo de modernização. Cursos de treinamento e especialização são desencadeados a todo momento, até que se possa cumprir o grande objetivo do senador Sarney, que é a criação de uma Escola Legislativa, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas entre os legislativos dos países ibero-americanos, legislativos estaduais e municipais. No mesmo nível de importância, colocam-se a racionalização administrativa, seqüenciando o processo de enxugamento, já em vigor, e a total informatização da Casa, preparando-a para os grandes desafios que se interporão daqui para frente.

Com o rigoroso controle estabelecido no recente ato do presidente da Casa para as licitações e compras do Senado, estão criadas todas as condições para a implantação de uma inédita cultura de eficiência na instituição como um todo.

São esses, enfim, alguns esclarecimentos que se fazem necessários para que a verdade dos fatos sobressaia diante da natural desinformação no que se refere ao custeio da máquina do Senado Federal e seus compromissos perante a nação.

Agaciel da Silva Maia é diretor-geral do Senado Federal

CORREIO BRASILENSE